

6 de março de 2024

ISSN 1094-5296

Pequenos Grandes Livros que Influenciaram a Educação Brasileira

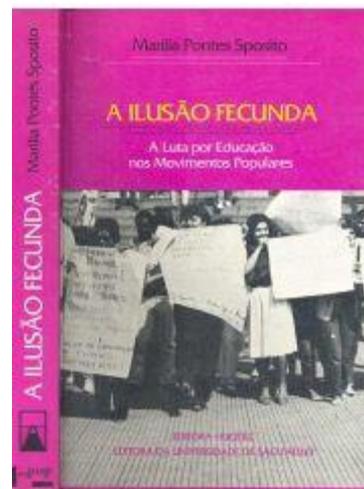
Sposito, M. P. (1993). *A ilusão fecunda: A luta por educação nos movimentos populares* (1. ed). Editora Hucitec. Editora da Universidade de São Paulo.

398 p.

ISBN 978-85-271-0237-7

Resenhado por Teise de Oliveira Guaranha Garcia e Elmir de Almeida

O livro *A Ilusão Fecunda: A Luta por Educação nos Movimentos Populares* apresenta ao público em geral e ao do mundo acadêmico em específico, sobretudo os das áreas da Educação e das Ciências Sociais, um original e rigoroso trabalho de investigação sociológica concebido e realizado por Marília Pontes Sposito visando à obtenção de seu doutoramento no Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP, no início de 1990. A obra reproduz com riqueza de detalhes as escolhas de matrizes teóricas e de procedimentos empíricos inscritos nos domínios dos estudos dos movimentos sociais urbanos das décadas de 1970 e 1980, para interpretar os coletivos articulados por homens e mulheres, trabalhadoras e trabalhadores, das classes populares, moradores de bairros das periferias da cidade de São Paulo, que empreenderam modos diferenciados de lutas sociais pelos direitos de acesso e permanência na escola de primeiro e segundo graus e os direitos relativos à participação popular na escola e à melhoria da qualidade do ensino oferecido pela iniciativa pública estatal – estadual e municipal.



Sobre as marcas da originalidade daquela investigação de Sposito e os resultados por ela construídos em suas atividades de campo, cumpre-nos destacar que eles já foram objetos de exposição e reflexão por autores vinculados às Ciências Sociais tais como Maria M. Malta Campos (1991), José de Souza Martins (1992, 2010), Carlos Rodrigues Brandão (1995) e Gilberto Geribola Moreno (2011).

A partir da leitura que fizemos dos trabalhos dos autores citados, de textos de autores que elaboraram análises sobre os percursos teóricos e das abordagens metodológicas da pesquisa acadêmica realizada nas áreas da Educação e da Sociologia (da Educação e dos Movimentos Sociais) brasileiras na segunda metade do Século XX (Beisiegel, 2013; Campos, 1991; Cunha, 1992; Gouveia, 1985, 1989), e ainda do estudo das produções de Sposito (1982,

1983, 1986, 1989) que versam sobre ações coletivas e lutas sociais urbanas por educação escolar nas realidades brasileira e paulista, nosso objetivo neste texto será o de discorrer sobre algumas das singularidades da pesquisa de doutorado desenvolvida por Marília que proporcionaram, há trinta anos, a primeira edição e publicação do livro em apreço. Daremos destaque ao ineditismo do estudo nos campos da Sociologia e da Educação no contexto histórico em que ele foi realizado, ressaltando a originalidade dos aportes teóricos que permitiram a configuração das perguntas que deram norte à investigação. Nesta perspectiva, salientamos algumas contribuições originais que marcaram a investigação de Sposito, deram e ainda dão inquestionável relevância científica ao seu livro, e, para finalizar, nossa contribuição nos esforçaremos por apresentar muito brevemente como a investigação que nos leva à *Ilusão Fecunda* abriu caminhos para novos estudos acadêmicos sobre as lutas dos movimentos sociais e populares – urbanos e do campo, pela conquista dos direitos social à educação e ao ensino com qualidade social, a participação popular nos órgãos e instâncias que compõem os sistemas públicos de ensino, sobre a juventude, os jovens e suas relações com a educação escolar, a cultura e a ação coletiva na realidade brasileira, a partir dos anos 2000.

Se tomarmos como referências as formulações de Celso de Rui Beisiegel (2013) sobre os caminhos tomados pela pesquisa acadêmica nos domínios da Sociologia e da Sociologia da Educação, na segunda metade do Século XX, tem-se que a investigação que dá lastro ao livro *A Ilusão Fecunda* é uma fiel expressão do que o sociológico chamou de ampliação e diversificação das “perspectivas sociológicas de investigação das realidades sociais que ocorreram no mundo acadêmico brasileiro a partir de meados de 1970, quando se “alargaram e penetraram outros campos das humanidades, inclusive o campo da educação” (Beisiegel, 2013, p. 605).

Na área da Educação, a abertura constatada por Beisiegel (2013) forjou entre nós uma original perspectiva de investigação sociológica na área da educação, que tem em Sposito uma inequívoca referência, na medida em que ela se propôs a problematizar o processo de desenvolvimento da escola básica brasileira a partir dos anos de 1950, e o seu fazer junto aos filhos da classe trabalhadora, tendo por enquadramento uma perspectiva socialmente externa e relacional, compreendendo-o também e principalmente como conquista política de ações coletivas, de movimentos sociais e de movimentos populares por educação, pela escola e pela melhoria do ensino público concretizado pelo poder público (Brandão, 1995).

Desde seu estudo de mestrado, uma das marcas de originalidade das investigações realizadas por Sposito, e que nos legou uma obra como a *Ilusão Fecunda*, tem a ver com o diálogo que a pesquisadora estabeleceu com uma perspectiva de Sociologia e Sociologia da Educação desenvolvidas pioneiramente por Florestan Fernandes, Antonio Cândido, Luiz Pereira e Celso de Rui Beisiegel na USP, a partir dos anos de 1960 (Beisiegel, 2013; Castro & Martins, 2009), mas também porque a pesquisa não tomou como referências centrais, em suas incursões de pesquisa sobre os problemas da educação escolar brasileira, os marcos teóricos do desenvolvimento econômico, da marginalidade e da dependência, ou os aportes teórico-empíricos da ideologia e dos aparelhos ideológicos de Estado, ou ainda as proposições teóricas e metodológicas da sociologia da reprodução da cultura e da violência simbólica¹.

¹Para uma visão de conjunto das tendências teóricas e metodológicas da pesquisa em Sociologia da Educação no mundo acadêmico brasileiro a partir de 1950, sugerimos a leitura dos trabalhos de Aparecida Joly Gouveia (1985, 1989), de Luiz Antônio Cunha (1992) e o de Celso de Rui Beisiegel (2013). Sobre a pesquisa sobre os movimentos sociais ou movimentos populares no meio urbano na realidade brasileira, nas áreas das Ciências Sociais, sugerimos a leitura dos textos de Ruth Cardoso (1983), de Machado Silva & Ribeiro (1985) e o de Pedro Jacobi (1987). Investigações sobre as lutas

Assim, registramos aqui que uma marca da originalidade dos estudos realizados por Sposito, desde os anos de 1970, teve relações com um modo de pesquisa sociológica que se volta à problematização das ações coletivas de base popular que no espaço público empreenderam lutas pela expansão do direito de acesso à educação escolar primária e secundária no estado de São Paulo e em sua capital, primeiro, em contexto político marcado por governos populistas, nos anos de 1940 e 1950 (Sposito, 1982, 1983, p. 25), posteriormente, na realidade urbana do município de São Paulo, no contexto de governos do regime militar e também em governos eleitos pelo voto no período da transição democrática já nos anos iniciais de 1980 (Sposito, 1986, 1989, 1993).

Na investigação realizada para a obtenção do doutoramento, Sposito, a partir de perspectivas teóricas de práticas coletivas de movimentos populares urbanos de Christian Topalov, Manuel Castells; do materialismo histórico-dialético de Henri Lefebvre, e sua interpretação dos modos como, no âmbito da economia capitalista são produzidas e reproduzidas as relações sociais e as representações; do conceito de necessidades, tal como entendido por Agnes Heller; de um enquadramento que busca compreender as lutas sociais das classes populares considerando o conjunto abrangente e diversificado de suas lutas e as relações que elas estabelecem entre as realidades micro e macro social e as mudanças que elas conseguem provocar no Estado, em seus órgãos, agências e agentes, a pesquisadora, com foco no contexto histórico marcado pela transição do período autoritário para o período da democratização da sociedade e das instituições nacionais – 1970-1985. A partir dos aportes teóricos citados, em sua pesquisa de doutoramento, Sposito circunscreveu as seguintes indagações:

Teriam os problemas relativos à educação dos trabalhadores articulado reivindicações no interior dos movimentos populares? Seriam manifestações ocasionais, episódicas, localizadas em algumas áreas? Quais seriam as grandes demandas desses setores em 1970? Lutariam ainda por direitos de acesso ao sistema regular de ensino ou estariam suas manifestações e lutas preferentemente ligadas à melhoria das condições da atividade escolar? Quais seriam seus protagonistas e como estariam sendo empreendidas suas lutas? (Sposito, 1993, p. 22)

Com os recortes teóricos citados e de diálogos estabelecidos com autores brasileiros que estudaram as ações coletivas, as lutas de resistência e protestos urbanos das classes populares nos centros urbanos e metropolitanos do País na transição da década de 1970 para a de 1980, Sposito construiu percursos que lhe permitiram, ao mesmo tempo, não cair nas armadilhas conceituais e empíricas presentes nos estudos dos movimentos populares urbanos nas interfaces que estabeleceram com o Estado (Cardoso, 1983; 2008; Machado da Silva; Ribeiro, 1985; Jacobi, 1987), e realizou uma investigação que lhe possibilitou a construção de dados potentes para apreender e interpretar as manifestações, as lutas e os conflitos articulados por coletivos e movimentos populares em bairros da periferia da cidade de São Paulo, nos anos de 1970 e 1980. Assim, a autora esmiuçou as insurgências e protestos dos segmentos populares pelo direito social de acesso à escola e a escolarização de seus filhos e filhas, interpretando-os como um “drama social” que se colocava frente-a-frente ao Estado e aos governos populistas e autoritários entre os anos de 1960 e 1980. Ao percorrer percursos que a levaram do centro à periferia e da periferia ao centro da capital paulista, Sposito pôs frente a frente: de um lado os moradores das periferias pobres da cidade organizados ano a ano em movimentos populares, mobilizados, insistentes, acostumados à espera, ao protesto justo e à

sociais urbanas no campo da Educação, realizadas nas décadas de 1980, indicamos o texto de Maria M. Malta Campos (1991).

volta. De outro os sucessivos agentes dos poderes, desde os tempos dos governos [populistas] e militares, Ao retomar uma história de São Paulo olhada da periferia para centro e, depois, ao reconstruir as histórias particulares dos divórcios entre os desejos e necessidades de educação [escolar] dos excluídos do 'entro' e das escolas, e os interesses e as manobras dos governantes. (Brandão, 1995, p. 130)

Em adição, salientamos que pesquisa realizada por Marília que se desdobra no livro apresentado, é modelar também do ponto de vista dos procedimentos metodológicos que a pesquisadora escolheu ou construiu para construir respostas as perguntas de sua investigação, ao longo do livro, é possível apreender a abertura e o rigor que teve a pesquisadora na escolha dos meios para encontrar informações significativas e a produção de dados – pesquisa de matérias jornalísticas na grande imprensa e jornais de bairros paulistanos, pesquisa em centros de documentação, em órgãos e instâncias do Estado e dos sistemas públicos de ensino, encontros com sujeitos coletivos que lutavam por direitos sociais, entrevistas com protagonistas dos movimentos populares; neste aspecto, concordamos com os autores que já apreciaram e avaliaram as qualidades acadêmicas e o domínio científico da autora quando da ida ao campo empírico de investigação, pois ela de forma atenta e diligente pôs em prática as atividades do “ver”, do “ouvir” e do registrar (Brandão, 1995; Martins, 1992, 2010; Moreno, 2011; Oliveira, 1996).

Como já mencionamos, a cidade de São Paulo - e seus bairros central e periféricos, nas décadas de 1960 e 1980, serviu de território para a pesquisa de Sposito. No período, a capital do estado adquiria cada vez mais os contornos econômico-sociais e demográficos de uma metrópole como acentuados problemas urbanos, e continuava a ter centralidade nos processos de produção e reprodução, simultâneos, do capital industrial monopolista, da força de trabalho, das desigualdades econômicas, sociais e urbanas, dentre elas a desigualdade provocada pelos poderes públicos no atendimento público à demanda social por ensino público – primário e secundário de crianças, adolescentes, jovens e adultos.

O livro foi organizado em três partes. Na primeira parte, Sposito se dedicou a apresentar e analisar as informações que coletou e analisou e os dados qualitativos que construiu sobre as mais significativas manifestações e lutas que os setores populares – seus protagonistas, seus lugares de moradia, suas orientações no tempo, empreenderam no tecido urbano da cidade de São Paulo, a partir de 1970. Na segunda parte a autora se dedicou a interpretação das relações dos movimentos populares como os órgãos do Poder Público e os programas e projetos de participação que o poder executivo da cidade de São Paulo e o poder executivo do estado de São Paulo conceberam, e implementaram em equipamentos públicos instalados no município paulistano. Assim, a autora se dedicou a análise das propostas de participação, no setor da educação escolar, oriundas de órgãos do poder público no período autoritário; também fez um balanço analítico das proposições de participação dos usuários da escola no contexto dos primeiros governos da transição democrática. A última parte foi dedicada a interpretação das trajetórias de lutas de sujeitos coletivos que tinham como territórios de vivência da vida cotidiana e de escolarização bairros situados na Zona Leste do município paulistano, momento em que a pesquisadora dá destaque ao Movimento por Educação da Zona Leste. Ainda nesta parte, Sposito analisa os sentidos contidos nas lutas por educação escolar no processo de organização popular, tendo o cuidado de compreendê-la como dinâmica social atada ao mesmo tempo a projetos específicos e projetos mais abrangentes de luta social.

Os quatro capítulos da primeira parte, intitulada *Luta por educação na cidade de São Paulo (1970-1985)* são dedicados a um inventário e às análises meticolosas da produção das desigualdades urbanas e sociais na cidade e na educação escolar especificamente, assim como à problematização e o exame das ações coletivas e lutas políticas por educação, que emergiram no contexto paulistano e metropolitano, no período investigado.

Nesta parte, nos deparamos com um criterioso balanço dos movimentos populares que emergiram e atuaram na luta pelo acesso ao direito social à educação em diferentes regiões e bairros da capital paulista. O conjunto de dados elaborados pela autora, interpretados a partir de diálogos com obras clássicas e contemporâneas nacionais e estrangeiras das ciências sociais, sobre a ação coletiva, os movimentos populares de base urbana, o Estado brasileiro, e formas clientelistas, populistas e autoritárias de governo, constitui por si só um rico e pormenorizado acervo de pesquisa, potente ainda hoje para orientar àqueles que se colocam o desafio de interrogar e estudar os temas das lutas sociais e políticas por direitos, incluindo o relativo à educação escolar na realidade brasileira.

Do nosso ponto de vista, é preciso enfatizar a capacidade de Sposito, em seus movimentos de imersão no campo, em ter uma escuta sensível das falas, depoimentos e pequenas histórias de mulheres e homens, moradores das periferias, que organizavam e punham em marcha coletivos de confrontos, protestos e reivindicações.

As pautas que eles elaboravam e as reivindicações que dirigiam ao poder público expressavam faces da difícil tarefa de realizar-se a Educação como um direito da cidadania moderna e um Direito Humano, seja na perspectiva da “**disponibilidade**” - expressa nas lutas pela expansão da rede pública, mas também sob os ângulos das dimensões da “**aceitabilidade**” e da “**acessibilidade**”², quando as reivindicações se voltam para a conquista de suportes à atividade escolar tais como merenda, material pedagógico, infraestrutura física da unidade escolar, segurança, entre outros. Nas lutas interpretadas analiticamente por Marília, é possível também compreender os sentidos que os sujeitos coletivos emprestavam à “transparência” e à busca pela possibilidade de algum “controle social” nos modos de atuação do Poder Público, quando os coletivos de luta se manifestavam e denunciavam a atuação das Associações de Pais e Mestres – APM daquele período.

A parte dois do livro, que recebeu o subtítulo de *A participação popular na escola pública: as propostas do Estado*, foi organizada em dois capítulos. No primeiro, a autora tematiza a participação induzida pelo Estado no período recortado pelo estudo – 1970-1985, compreendendo-a como um tipo de participação consentida e tutelada, que tende a ocultar os interesses e as necessidades dos atores da escola, buscando, ainda, obliterar a manifestação pública de tensões e conflitos que emergiam na dinâmica social no interior das unidades escolares, localizadas em diferentes bairros da periferia da cidade de São Paulo.

Para aprofundar a problematização desse tipo de participação nas escolas de ensino de primeiro e segundo grau da rede pública estadual paulista, a autora deu destaque a elementos dos percursos históricos da Associação de Pais e Mestres – APM, chamando a atenção para o apelo que os agentes dos órgãos públicos de ensino faziam para uma compreensão

² Disponibilidade, aceitabilidade e acessibilidade compõem o grupo de indicadores fundamentais para a consecução da educação com Direito Humano sistematizados pela relatora especial das Nações Unidas sobre o Direito à Educação Katarina Tomasevski (2001). São quatro os indicadores: availability (disponibilidade), accessibility (acessibilidade), acceptability (aceitabilidade) e adaptability (adaptabilidade).

governamental do conceito de comunidade, que punha em prática uma perspectiva tradicional e autoritária de participação, a qual negava a diversidade e o potencial de produção dos conflitos no interior do mundo escolar. Marília reconstrói a trajetória política desta associação, que passa a ser alvo de interpelações críticas, sobretudo a partir dos anos 1980, quando gradativamente os questionamentos relativos às cobranças de recursos financeiros no interior das escolas tornam-se pauta no meio político institucional e nos movimentos populares³.

O capítulo 2 desta parte, foi dedicado ao exame de programas e projetos que, na transição para a democracia, comprometiam-se com a participação das famílias no interior das escolas da rede pública municipal de São Paulo, e também foi dedicado à análise dos dilemas da oposição política com propostas participativas – oposições partidária, sindical, de coletivos de educadores, de coletivos populares, com destaque à criação dos conselhos de escola tanto nas unidades estaduais de ensino como nas escolas públicas municipais. Para a Sposito, ainda que neste caso fosse possível tratar as propostas como uma inovação política, os dados construídos na rigorosa e exaustiva empiria demonstraram que o colegiado de gestão foi rapidamente se capturado, integrando-se paulatinamente às rotinas burocráticas das escolas, mais do que serviu de mediação para a atuação de pais, mães e estudantes das classes trabalhadoras, sempre incômodas à gestão escolar. É preciso sublinhar que uma grande diversidade de estudos realizados posteriormente sobre e na escola pública paulista confirmam a perspectiva revelada por Sposito sobre os percalços da participação popular no interior da escola pública de educação básica – na educação infantil, na etapa do ensino fundamental ou na do ensino médio.

A recusa à participação se encontra no cerne das propostas. Para a autora:

assim, mesmo o movimento que concebe a proposta de aproximação da escola com a família e a ‘comunidade’ já contém sua recusa, pois o plano das formulações abstratas aparece como a forma necessária de relações, cujos conteúdos, no dia a dia e na prática concreta, são definidos pela exclusão política e pela subordinação social. (Sposito, 1993, p. 237)

Na terceira parte do livro, subintitulada *As lutas por educação na trajetória da luta social*, Sposito nos aproxima das lutas por educação que foram protagonizadas pelos movimentos populares nas periferias da cidade de São Paulo, em especial de moradores de bairros da Zona Leste do município paulistano. Desta feita, os atos de ver e ouvir da autora se dirigiram às lutas articuladas para a ocupação das associações de pais e mestres; para a instalação de novas unidades escolares e cursos noturnos ou supletivos; e para o provimento de infraestrutura dos prédios escolares e das condições de acesso às vagas para trabalhadores

³ As Associações de Pais e Mestres, embora impedidas pela legislação de cobrar taxas das famílias, continuam a fazê-lo ao longo dos anos 1980, como mostram os depoimentos de profissionais de unidades escolares e os documentos analisados. A APM, mobilizada para suprir a ausência de políticas eficientes no provimento das demandas de funcionamento das escolas, atua, em nome da participação, excluindo e humilhando os mais pobres com as cobranças de taxas e contribuições e com práticas excludentes. Abre-se aqui um parêntese para se destacar que, embora o objeto de Sposito seja os movimentos sociais e suas lutas por uma educação de qualidade para as classes populares, a recuperação histórica realizada em diálogo com estudos importantes tal como o de Belmira Bueno (1987)³ amplia as condições de análise sobre a dinâmica das APMs na atualidade, unidades executoras nas escolas com papel relevante, em detrimento aos conselhos de escola: as APMs não são ameaça à hierarquização estabelecida nas escolas. As famílias mais pobres, menos escolarizadas, embora possam compor formalmente a entidade, podem muito pouco frente às suas demandas. A participação tutelada analisada nos anos 1970 tende a se manter.

no período noturno. Entre demandas pontuais e demandas mais complexas, os movimentos, organizados em torno de pautas mais específicas e outras mais amplas, pressionam e interrogam o poder público de forma a conquistar a garantia do direito à educação escolar. É em meio aos desafios, as dificuldades, aos conflitos e aos aprendizados que os coletivos se constituem, reivindicam e atuam.

Nesta parte, com visível rigor metodológico, Marília Sposito apresenta as lutas, os medos, os sonhos, os desejos e as ilusões por uma escola e uma educação de qualidade. Pela escrita da autora, podemos “ouvir” várias gerações de mulheres e de homens das classes populares, migrantes, moradores da periferia, falarem sobre a luta pela vida e por educação escolar para si e para os filhos e filhas. As vozes captadas de homens e principalmente das mulheres, por vezes em momentos cruciais para os movimentos, ou em momentos de reflexão quando narram e avaliam suas trajetórias, recompõem histórias de vida, sonhos interrompidos e projetos nascidos na negação do direito à participação social.

Nesses segmentos da obra, o leitor tem a possibilidade de se aproximar tanto das trajetórias pessoais dos sujeitos que integram as formações associativas, como os predecessores dos movimentos populares, como os Clubes de Mãe, os Movimento do Custo de Vida, as Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, entre outros. A autora nos oferece uma contribuição histórica, que se agrega às já oferecidas nos capítulos precedentes, para a compreensão das lutas sociais e populares pela redemocratização que ocorreram na cidade de São Paulo, nos anos da década de 1980, período da transição política.

Sposito destaca o papel relevante das mulheres como protagonistas nas lutas sociais em geral e nas lutas pela expansão e democratização das oportunidades de acesso à educação escolar em específico. Segundo os registros da pesquisadora, eram elas que frequentemente enfrentavam as direções das escolas, produziam tensões, conflitos no interior do mundo escolar e dirigiam os coletivos populares de protestos e confrontos. Assim, é possível concordar com a autora quando ela afirma que no dia a dia dos movimentos emergem forças políticas, identidades e práticas coletivas que exigem o reconhecimento da diversidade para que o movimento se mantenha articulado. Diante dessas situações, um outro ensinamento oferecido pela autora que a participação local e a diversidade são dimensões fundamentais das lutas sociais e necessitam ser consideradas em projetos que têm por objetivo a conquista de uma “democracia radical”, não sendo possível, assim, serem compreendidas como “modalidades inferiores da prática política dos movimentos populares” (Sposito, 1993, p. 320), trata-se portanto de uma grande lição para partidos políticos, sindicatos, organizações e coletivos.

Ao terminar o capítulo, Sposito registrou a conquista de um prédio escolar pelo movimento popular e o seu posterior afastamento da dinâmica social interna da unidade escolar, provocada por órgãos burocráticos e os mecanismos de gestão na própria unidade. Diante dessa situação, a autora ponderou que a conquista do movimento aparentemente não é apropriada pelas novas gerações após o afastamento daqueles que protagonizaram a luta. É uma nota triste, mas significativa para pensarmos sobre o desafio das conquistas dos movimentos populares se integrarem à memória local e continuarem a estimular à luta. Ainda, as reflexões da autora são importantes para o estudos sobre as jovens gerações das classes populares e sua relação, ou não, com a memória sobre a luta social e os conflitos levados a efeito por suas mães e seus pais, membros da geração adulta.

No último capítulo desta parte, denominado *O projeto de luta social*, e ainda se valendo de depoimentos, Sposito aprofundou a análise das transformações dos elementos da cultura da

subalternidade, que se faziam presentes nas trajetórias de mulheres que atuaram nos movimentos populares. Elas, muitas vezes, começaram a participar sem ter rompido com o silêncio e com sentimento de vergonha. Para autora, cada gesto de enfrentamento destes condicionantes culturais desafia a negação do direito à manifestação das populações periféricas e subalternizadas.

Em suas considerações finais a autora se debruça sobre as contradições e tensões vividas nas lutas sociais e populares pelo direito à educação escolar, mas sobretudo pelo direito de saber, ainda que as condições de vida empurrem crianças e jovens para fora da escola. Assim, Sposito conclui sua obra com uma perspectiva simultaneamente dialética e esperançosa sobre os movimentos populares e suas práticas, posto que em sua percepção eles redimensionam o espaço público e a vida privada, eles criam temporalidades ao resistir à exploração e dominação e sinalizam para “um novo projeto educativo que nasce no intento de transformar as relações sociais” (Sposito, 1993, p. 386).

Por fim, é preciso assinalar que é nos resultados e análises que fez Marília das lutas dos movimentos populares pela conquista da escola como um direito social e humano que encontraremos, nas Ciências Sociais e na Educação, a retomada dos estudos de temas e questões relativos a juventude e os jovens em suas interações com a cultura, as ações coletivas, a educação escolar e não escolar na realidade brasileira (Sposito, 1994a, 1994b).

Referências

- Almeida, M. C. de (1983). Os pais, os mestres e a associação em que pé estão? *Cadernos de Pesquisa*, (44), 75-80. Recuperado de <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/1514/>
- Beisiegel, C. de R. (2013). Os primeiros tempos da pesquisa em sociologia da educação na USP. *Educação e Pesquisa*, 39(3), jul-sept., 589-607.
- Brandão, C. R. (1995). A ilusão fecunda: A luta por educação nos movimentos populares. Resenha. *Revista da Faculdade de Educação*, 21(1), jan.-jun, 129-132. <http://educa.fcc.org.br/pdf/rfe/v21n1/v21n1a09.pdf>
- Bueno, B. O. (1987). *As associações de pais e mestres na escola pública do estado de São Paulo (1931-1986)*. [Tese de Doutorado]. FEUSP, São Paulo.
- Campos, M. M. M. (1991). As lutas sociais e a educação. *Cadernos de Pesquisa*, 79, 56-64.
- Cardoso, R. (1983). Movimentos sociais: balanço crítico. In B. Sorj & M. T. H. Almeida (Orgs.), *Sociedade e política no Brasil pós-64*. Recuperado de <http://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632.pdf>
- Castro, C. P., & Martins, J. S. (2009). Luiz Pereira e suas circunstâncias: Entrevista com José de Souza Martins. *Tempo Social*, 22(1), 211-276.
- Cunha, L. A. (1992). Reflexões sobre as condições sociais da produção da sociologia da educação: Primeiras aproximações. *Tempo Social*, 4 (1-2), 169-182.
- Gouveia, A. J. (1985). Orientações teórico-metodológicas da sociologia da educação no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, (55), 63-67, nov.

Gouveia, A. J. (1989). As ciências sociais e a pesquisa sobre educação. *Tempo Social*, 1(1), 71-79.

Jacobi, P. (1987). Movimentos sociais urbanos no Brasil: Reflexão sobre a literatura nos anos 70 e 80. *BIB*, (23), 18-34, 1º semestre.

Machado Silva, L. A., & Ribeiro, A. C. (1985). Paradigma e movimento social: Por onde andam nossas ideias? *Boletim Paulista de Geografia*, (62), 67-88. Recuperado de <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/988>

Martins, J. S. (1993). Prefácio. In M. P. Sposito, *A ilusão fecunda: A luta por educação nos movimentos populares*. Editora Hucitec; Editora da Universidade de São Paulo.

Martins, J. S. (2010). Prefácio. In M. P. Sposito, *A ilusão fecunda: A luta por educação nos movimentos populares*. (2ed). Hucitec.

Moreno, G. G. (2011). *A ilusão fecunda: A luta por educação nos movimentos populares* [2ed, 2010]. Resenha. *Cadernos de Pesquisa*, 41(143), maio/ago.

Oliveira, R. C. de. (2000). O trabalho do antropólogo: Olhar, ouvir, escrever. In R. C. de Oliveira, *O trabalho do antropólogo*. Paralelo 15.

Sposito, M. P. (1983). Os movimentos populares e a luta pela expansão do ensino público. *Cadernos de Pesquisa*, 45, 25-28,

Sposito, M. P. (1982). *Expansão do ensino, política populista e movimentos sociais*. [Dissertação, Mestrado em Educação]. Faculdade de Educação, USP.

Sposito, M. P. (1986). Luta popular por educação: Projeto de uma nova escola. *Cadernos CEDI 15 – O caminho da escola - luta popular pela escola pública*.

Sposito, M. P. (1989). Redefinindo a participação popular na escola. *Cadernos CEDI 19 – Participação popular e escola pública: Movimentos populares, associação de pais e mestres, conselhos de escola e grêmios estudantis*.

Sposito, M. P. (1993). Os movimentos populares e a luta pela expansão do ensino público. *Cadernos de Pesquisa*, (45), p. 25-28, maio.

Sposito, M. P. (1994a). A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, 5(1-2), 161-178.

Sposito, M. P. (1994b). Violencia colectiva, jovenes y educación. *Revista Mexicana de Sociologia*, 3(94), 113-125.

Tomasevski, K. (2001). *Human rights obligations in education: The 4-A scheme*. Wolf Legal Publishers.

Autores da Resenha

Teise de Oliveira Guaranha Garcia

Professora Associada da USP-FFCLRP-PPG em Educação

teise@ffclrp.usp.br

ID Lattes: 4464815211181255

Elmir de Almeida

Professor Doutor da USP-FFCLRP-PPG em Educação

elmir@ffclrp.usp.br

ID Lattes: 1315685209944315

Education Review



Reseñas Educativas

Resenhas Educativas



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Education Review/ Reseñas Educativas/ Resenhas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Education Review/ Reseñas Educativas/ Resenhas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. O conteúdo de 1998-2020 da *Education Review/ Reseñas Educativas/ Resenhas Educativas* foi publicado sob uma licença CC diferente: http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0 

Nota: Os pontos de vista ou opiniões apresentadas nas resenhas de livros são exclusivamente do (s) autor (es) e não representam necessariamente os da revista.